



MARXISMO E DISTOPIA: REFLEXÕES SOBRE UM FUTURO INTERDITADO

 10.5935/2177-6644.20220036

MARXISM AND DYSTOPIA: REFLECTIONS
ON AN INTERDICTED FUTURE

MARXISMO Y DISTOPIA: REFLEXIONES
SOBRE UN FUTURO INTERDICTO

Rafael da Rocha Massuia *

 <https://orcid.org/0000-0002-3760-257X>

Resumo: O presente artigo objetiva, uma vez estabelecido o vínculo original entre marxismo e ficção científica, explorar o contexto contemporâneo à luz das possibilidades ensejadas por meio das obras deste subgênero literário, com ênfase em sua variante distópica. Identificamos esse impulso distópico como um sintoma daquilo que o pensador britânico Mark Fisher chamou de “impotência reflexiva” e, a partir dessa constatação, buscamos estabelecer algumas reflexões possíveis desse particular entrecruzamento entre literatura e sociedade.


Palavras-chave: Marxismo. Ficção Científica. Mark Fisher (1968-2017).

Abstract: This article aims, once the original link between Marxism and science fiction has been established, to explore the contemporary context according to the possibilities offered through the works of this literary subgenre, with emphasis on its dystopian variant. We identified this dystopian impulse as a symptom of what the British thinker Mark Fisher called “reflective impotence” and, based on this observation, we seek to establish some possible reflections on this particular intersection between literature and society.

Key-words: Marxism. Science Fiction. Mark Fisher (1968-2017).

Resumen: Este artículo pretende, una vez establecido el vínculo original entre el marxismo y la ciencia ficción, explorar el contexto contemporáneo de acuerdo con las posibilidades que ofrecen las obras de este subgénero literario, con énfasis en su variante distópica. Identificamos este impulso distópico como un síntoma de lo que el pensador británico Mark Fisher denominó “impotencia reflexiva” y, a partir de esta observación, buscamos establecer algunas posibles reflexiones sobre este particular intersección entre literatura y sociedad.

Palabras-clave: Marxismo. Ciencia Ficción. Mark Fisher (1968-2017).

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP, Campus Araraquara). Professor Colaborador na Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO, Campus Irati).  <http://lattes.cnpq.br/4692504484573843> - E-mail: massuia@gmail.com.

Uma citação anônima – atribuída ora ao crítico literário estadunidense Fredric Jameson, ora ao filósofo esloveno Slavoj Žižek, e trazida ao centro do debate pelo teórico e escritor britânico Mark Fisher – “É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”. É, sem exageros, uma poderosa síntese do momento atual, em que vivemos sob a égide do capitalismo contemporâneo.

A reflexão indica o sentimento, também expresso pela então primeira-ministra do Reino Unido Margareth Thatcher (2022), nos idos anos 1980, de que “não há mais alternativa”¹, dito, nesse caso, de forma positiva. A dama de ferro, na ocasião, referia-se à aparente vitória incontestada do modelo do capitalismo neoliberal sobre seus rivais: o que englobava tanto os “regimes totalitários” (nazismo e comunismo), quanto o *Welfare State*. A queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética pareceu reafirmar o ar de triunfalismo e a ideia, pronunciada com todas as letras por Francis Fukuyama em 1989, de que havíamos alcançado, com efeito, o “fim da História” (2015).

A realidade, porém, não tem sido complacente em acomodar passivamente essa crença. O aumento da desigualdade – apesar do aumento da riqueza absoluta –, a intensificação da pobreza mesmo nos países do dito “primeiro mundo”, afastam cada vez mais esse discurso triunfalista e se encarrega de impor uma agenda de reavaliações pautada, sobretudo, na dimensão econômico-social. Discute-se sobre ações que poderiam levar a uma redução das desigualdades sob o impacto da reestruturação produtiva (um dos alicerces do modelo neoliberal). Diante da impossibilidade de criar postos de trabalhos de qualidade para todos, fala-se em renda básica universal, em aplicações tecnológicas que poderiam se converter em melhoria da vida das pessoas etc. Apesar disso, o que vimos é o casamento da alta tecnologia com formas arcaicas e perversas de precarização do trabalho: o “capitalismo de plataforma” (SRNICEK, 2016), que intensifica a exploração do trabalho em escala global.

No presente artigo exploramos a hipótese de que o contexto atual, cujo quadro geral buscamos delinear – em suma, aquilo que Fisher chama de “realismo capitalista” –, potencializa um tipo específico de narrativa ficcional, que ressoa, reflete e aprofunda os dilemas de nosso tempo: a distopia, subgênero da ficção científica. Do ponto de vista teórico-metodológico nos apoiamos no materialismo histórico-dialético, tanto em seus proponentes originais, Karl Marx e Friedrich Engels, quanto em alguns de seus continuadores.

¹A frase também é utilizada em sua forma acrônima, TINA: *There is no alternative*.

Marxismo e ficção científica

Em aspectos mais gerais, os pontos de contato entre marxismo e ficção científica são significativos. Os primeiros expoentes da importante tradição britânica de ficção científica, como William Morris, H. G. Wells, Jack London etc., são conhecidamente socialistas (ou, ao menos, do espectro da esquerda, como é o caso do anarquista George Orwell). As décadas seguintes testemunharam o aparecimento de outros escritores de ficção vinculados a esse campo político, como Iain M. Banks, Ken Macleod, Michael Moorcock, Margareth Atwood, China Miéville, Ursula K. Le Guin, entre outros (BOULD, p. 17).

Voltando ao cerne da questão, cumpre destacar que a obra de Marx possui algumas peculiaridades significativas. Uma delas reside no fato de que, apesar de se interessar ativamente em seu tempo presente (e, eventualmente, recorrer ao passado como forma de compreender o presente como *síntese* de processos históricos prévios), ela não deixa de dirigir seus olhos em direção ao futuro. Mais especificamente, para um momento em que a humanidade teria superado efetivamente a alienação do trabalho e construído uma sociedade emancipada e livre.

O pensador alemão evitou, como muitos de seus intérpretes destacam, tematizar sobre o futuro, pois, em oposição aos teóricos pertencentes ao campo do socialismo utópico, conforme definição melhor desenvolvida por Engels (2005), o diferencial de sua abordagem é o fato de investigar e detectar no presente as possibilidades de transformação social. E não, como costuma acontecer com os socialistas utópicos, imaginar uma sociedade ideal para só posteriormente indagar a fundo como seria possível alcançá-la – voltaremos à questão da utopia.

Porém, isso não significa que tenha deixado de participar nesse debate, como é possível constatar nas muitas referências que faz a uma eventual sociedade emancipada pós-capitalista ao longo de *O Capital*, publicado em 1867, e mesmo em textos tardios como *Crítica do Programa de Gotha*, cuja redação ocorreu em 1875. Famoso é, também, um dos manuscritos coligidos na obra póstuma conhecida como *Grundrisse* (que reúne manuscritos e anotações que antecedem a publicação de sua *magnum opus*), conhecido como *Fragmento das Máquinas*.

Neste texto, Marx reforça o processo de subsunção real do trabalho ao capital, que revisitaria em *O Capital* (MARX, 2017, p. 578), ou seja: o processo por meio do qual o desenvolvimento das máquinas e da maquinaria transforma o trabalhador – originalmente o “maestro” do processo produtivo, aquele que manuseia as ferramentas moldando a matéria natural até a forma final de valores de uso –, em um mero apêndice delas, uma engrenagem descartável e substituível.

No referido *Fragmento das Máquinas*, Marx destaca que, apesar de, sob o capitalismo, as

máquinas serem utilizadas essencialmente como forma de alienação do trabalho e de aumento da lucratividade dos capitalistas (mediante exploração crescente dos trabalhadores), na medida em que as máquinas permitem uma diminuição do tempo de trabalho necessário para a produção, esse processo, em uma sociedade emancipada, “[...] beneficiará o trabalho emancipado e é a condição de sua emancipação”. Ainda que, sob o capitalismo, como reforça o pensador alemão, “[...] o *quantum* de trabalho necessário [...] é reduzido a um mínimo” e a valorização dos produtos, na forma de exploração do trabalho, seja elevada a um máximo (MARX, 2011, p. 937). Ou seja, o desenvolvimento tecnológico aplicado à produção, que é causa das mazelas sociais sob o capitalismo, oferece também, *potencialmente* (i.e. de forma não-automática), a possibilidade de superação das mesmas.

Na sequência Marx conjectura sobre como essa inversão de paradigma que significaria reduzir o trabalho em geral a um mínimo (em oposição a potencializar o trabalho individual cada vez menos necessário, que cria um desemprego estrutural permanente, a um máximo), o que instigaria os indivíduos a se desenvolverem de forma efetivamente livre e não a partir das determinações do capital.

Essa reflexão faz recordar as famosas linhas escritas por Marx e Engels (2007, p. 38) n’A *Ideologia Alemã* na década de 1840, em que versam sobre a hipotética sociedade comunista, com as quais encerraremos esse breve texto: “caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, [...], sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico.” Portanto, o exercício de (re)imaginação de um futuro possível não está excluído do marxismo; muito pelo contrário, ele é um de seus pressupostos centrais.

Cumprir destacar, marginalmente, dentro da discussão entre marxismo e ficção científica, uma recente e instigante tentativa de conciliar ficção científica e teoria social. Trata-se de *Four Futures*, de Peter Frase (2014) que, rejeitando o termo comumente associado a esse expediente (“futurismo”), propõe o uso da terminologia *social science fiction* (ciência social fictícia, em tradução livre) para designar sua proposta. Nesta obra o autor propõe uma reflexão especulativa sobre quatro futuros utópicos/distópicos com condição concreta de materialização (imaginando as consequências lógicas a partir de dois eixos: o de abundância *versus* escassez de recursos e o de uma estrutura política igualitária *versus* hierarquizada): comunismo, rentismo, socialismo e exterminismo. A análise mais detalhada dessa interessante obra, porém, ficará para outra ocasião.

Crítica marxista e ficção científica

Como destaca Aristóteles (2008), o ficcionista não possui um compromisso de representar as coisas como elas são – isso é o ofício do historiador –, mas como elas *poderiam* ser. Ou seja, possui um compromisso com a verossimilhança, mas, por meio do exercício imaginativo, leva-nos a refletir a partir de realidades inventadas, a partir tanto de um olhar para fora (o Outro, a sociedade) quanto um olhar introspectivo, em direção às profundezas da alma.

Nesse sentido, as obras literárias são ricas fonte de conhecimento, pois plasmam a experiência humana ao longo das eras, em suas permanências e em suas discontinuidades. Para além das influências do marxismo para o surgimento da ficção científica, ele tem, enquanto teoria social, desde sua gênese (MARX; ENGELS, 2010) preocupando-se com a discussão ao redor da literatura. São famosas as reflexões de Marx e Engels sobre Ésquilo, Balzac, Shakespeare, Goethe e tantos outros baluartes da literatura universal. E não poderia ser diferente, pois é inconcebível que uma teoria preocupada com a compreensão profunda da realidade e, eventualmente, em sua transformação radical, seria indiferente à produção artística em geral, e literária em específico.

Todavia, para além das relações entre o marxismo em geral e o gênero literário de ficção científica, abordaremos, na sequência, a relação entre o campo de estudos literários de inspiração marxista e este gênero literário. Neste campo duas contribuições são consideradas paradigmáticas (MILNER, 2009): *Metamorphoses of Science Fiction* (1979), do iugoslavo Darko Suvin e *Archeologies of the Future* (2005), do estadunidense Fredric Jameson.

A obra de Suvin é considerada uma divisora de água no campo de reflexões teóricas sobre a ficção científica. Sua tese central é a de que a ficção científica seria uma literatura de “estranhamento cognitivo”, fomentado a partir da imaginação de mundos distintos daquele que experimentamos empiricamente (ou seja, o nosso mundo):

A ficção científica é um gênero literário cujas condições necessárias e suficientes são a presença e interação de estranhamento e cognição, e cujo principal artifício formal é uma estrutura imaginativa alternativa ao ambiente empírico do autor (SUVIN, 1979, p. 7-8, tradução nossa).

Esse processo de inovação cognitiva será batizado por Suvin (1979, p. 63), tendo emprestado o termo de Ernst Bloch, de *novum*. A decorrência da vinculação da ideia de estranhamento cognitivo com o *novum* é um desdobramento em direção ao futuro, o que, segundo Suvin, acaba por aproximar o discurso propriamente ficcional da ficção científica com aquele de impulsos utópicos em geral. Ficção científica e utopia, portanto, segundo o autor iugoslavo, estariam umbilicalmente vinculados.

China Miéville (2002, 44), aclamado escritor britânico contemporâneo, defende que a

própria cisão entre ficção científica e o gênero fantástico é artificial, sendo que a ambas teriam em comum flexionar o real por meio da (re)imaginação do impossível. Essa noção se choca com aquela de Suvin, assentada na conceituação do *novum* como algo possível, verossímil, em oposição ao caráter inerente mágico do “impossível” como pressuposto no gênero fantástico. Mas esse é um assunto para outro momento, pois nos demandaria uma análise mais ampla, incluindo e situando o gênero fantástico no âmbito da história da literatura.

As objeções mais comumente formuladas à conceituação de Suvin apontam seu caráter prescritivo e, por consequência, excludente. Obras de ficção científica que falham em alcançar esses pressupostos estariam excluídas do cânone. O que, certamente, adiciona camadas de complexidade à mera classificação das obras pertencentes a este gênero. Essa mesma crítica poderia – e frequentemente é – feita à estética marxista do último Lukács.²

Fredric Jameson, por sua vez, parte e leva em conta as considerações de Suvin, mas pretende ir além. Segundo o autor estadunidense, a chave para a compreensão adequada da ficção científica são as “descontinuidades genéricas” ensejadas por ele. Um ponto de contato importante das reflexões jamesonianas e suvinianas é o do vínculo umbilical entre ficção científica e utopias, justamente pelo fato de que este gênero traria ao centro uma reflexão crítica sobre as implicações perversas do capitalismo tardio, ao mesmo tempo em que não se deixa cristalizar em uma espécie de denúncia paralisadora, mas indo além, por meio de sínteses dialéticas em direção ao futuro.

Não obstante os distanciamentos da tese de Suvin, Jameson (2005) manifesta concordância com a noção de que a utopia consiste em um subgênero da ficção científica, que congrega, ainda segundo Jameson, a noção de “tornar estranho”, ou “desfamiliarizar” (*остранение*), própria do formalismo russo, com o *Verfremdungseffekt* (traduzido por “efeito de estranhamento” ou “efeito de distanciamento”) brechtiano. Ao contrário de Suvin, porém, Jameson aprofunda a discussão sobre utopias para além do gênero em si, identificando-as com o conceito de “impulso utópico” de Bloch.

Utopias e distopias

A noção de distopia deriva historicamente de um conceito antagônico: o de utopia, criado originalmente por Thomas More, em livro homônimo escrito em 1516. Sua origem é o grego e seu significado é “não-lugar” ou “lugar algum”. Foi utilizado pelo pensador britânico para designar uma

² O notável pensador húngaro teria proposto, segundo alguns de seus críticos, uma estética normativa. O que, talvez, se explique pelo fato de ter vivido no “fim dos tempos”, ou seja, em um contexto em que o processo de transição em direção a uma sociedade emancipada, segundo sua visão à época, já havia se dado, bastante estendê-lo para as diferentes partes do globo. Indicações para uma (re)avaliação de seu legado crítico à luz dessas determinantes históricas encontram-se em Coutinho (2005).

sociedade perfeita, que é o tema explorado em sua obra. Após isso o termo utopia passou a designar a noção de uma sociedade ideal. Seu contrário, ou seja, distopia, surgiu em 1868 (apesar de ter havido algumas menções anteriores, foi a partir daí que ganhou impulso), em um discurso proferido por John Stuart Mill ao Parlamento Britânico – e naturalmente, distopia significa um lugar horrível, indesejável, pernicioso. Outras denominações utilizadas, ainda que de forma mais esparsa, são anti-utopia e cacotopia.

Segundo Berriel (2005, p. 6-7), enquanto a utopia clássica se desenvolve construindo um hiato entre a História e a ficção, a distopia se dá por meio do estabelecimento de uma continuidade entre ambas, ampliando as tendências negativas que operam no presente histórico, levando a um posicionamento e reflexão críticos sobre ele.

A classificação de uma obra como sendo utópica ou distópica, porém, pode ser um exercício penoso, pois não é raro que obras utópicas contenham elementos distópicos (ou seja, que alguns grupos e/ou indivíduos possam considerar distópicos), ou vice-versa (BERRIEL, 2005, p. 5). Portanto, quando uma obra é assim classificada, pressupõe-se que seu caráter geral aponta em direção a um ou outro polo. Jameson destaca a tênue barreira que separa a utopia da distopia, e cita o romance *Nós* (1924), do escritor russo Yeggeny Zamyatin, como em exemplo limite, que impõe grande dificuldade classificativa. Como também ocorre com muitas utopias clássicas, como *A República*, de Platão, ou a própria *Utopia*, de Thomas More, que sem nenhuma dúvida podem ser lidas como narrativas distópicas pelo leitor contemporâneo.

Visando atenuar essa ambiguidade Jameson (2005, p. 154) propõe uma definição para o termo distopia que a aproxima da noção proposta pelo escritor britânico Kingsley Amis de “novos mapas para o inferno”, ou seja, como “anti-utopias”, ainda que demarque sua diferença daquilo que denomina “distopias críticas”, esta última sendo uma espécie de “primo negativo” da utopia. Enquanto nas distopias críticas há um pressuposto do caráter positivo das possibilidades humanas, que ganham contraste nas denúncias de aspectos perniciosos do presente, propositalmente exagerados pela pena ficcional para colocá-los em evidência, nas anti-utopias – e Jameson toma *1984* [1949], aclamado romance de George Orwell, como exemplo disso – ganha centralidade a denúncia do caráter potencialmente deletério da utopia.

Independentemente da nomenclatura que adotamos, o fato é que as narrativas utópicas/distópicas têm desempenhado um papel importante ao longo de nossa história. E o gênero tem ganhado impulso e peso significativos sob a ambiência cultural do sistema capitalista, motivado centralmente pelo esgotamento de possibilidades emancipatórias sob o capitalismo. Certamente a

contundência da afirmação mereceria uma discussão mais aprofundada. Mas, na impossibilidade de fazê-lo em espaço reduzido, deixamos uma breve síntese de Netto & Brás (2012, p. 255-256, *grifos dos autores*):

Com efeito, a organização social fundada no modo de produção capitalista – a sociedade burguesa – já explicitou, ao cabo de sua existência mais que secular, *o pleno esgotamento das suas potencialidades progressistas*. A liquidação das instituições opressivas da feudalidade, a emancipação política dos homens, a liberação e o fomento das forças produtivas, o estímulo à pesquisa científica e a incorporação de seus resultados à produção, a unificação da humanidade mediante a constituição de uma *economia-mundo* – todos esses processos de avanço foram promovidos pelo desenvolvimento capitalista. Nas páginas deste livro, vimos quão onerosas foram essas conquistas e os sujeitos sociais sobre os quais recaíram as maiores penalizações – os proletários e o conjunto dos trabalhadores.

[...]

Mas este é um capítulo da história que parece definitivamente encerrado: na entrada do século XXI, as relações sociais de produção burguesa ou travam o desenvolvimento das forças produtivas ou, quando o estimulam, restringem fortemente as suas potencialidades emancipatórias. Todas as contradições próprias ao modo de produção capitalista chegam ao auge no estágio imperialista e, na sua fase contemporânea, exigem o *caráter destrutivo* da produção capitalista [...], seja em face da própria sociedade, seja em face da natureza.

Portanto, na medida em que a ordem do capital esgota suas potencialidades, deixando de conseguir oferecer soluções concretas para os muitos problemas surgidos, temos visto não só o aparecimento de narrativas distópicas, mas uma ampla aceitação e popularização das mesmas, o que é um sinal significativo de que a desesperança se dissemina e de que deixamos, coletivamente, de conseguir vislumbrar um novo amanhã.

O presente como distopia

O século XXI não parece ter sido avisado que a História havia chegado ao seu fim. A crise de 2008 abalou em definitivo as frágeis estruturas sobre as quais se assentava o capitalismo em sua configuração neoliberal.

E, segundo Fisher (2020), mais do que colocar o rei a nu, ou seja, de revelar tais fragilidades, a dura lição que tiramos da crise vai além: descobrimos, com ela, estarmos tão carentes de perspectiva de futuro que a própria habilidade de ousar, de sonhar, nos havia sido retirada sem que tivéssemos percebido (aquilo que ele chamará de “impotência reflexiva”). Tanto é que, em vez de apontarmos para soluções extra-sistêmicas, os caminhos buscados se deram rigorosamente dentro dos marcos da ordem: ajuste fiscal, arrocho salarial, etc. Os efeitos perversos dessa “solução” fazem-se sentidos até o presente momento.

Essa ausência de perspectivas, a realização da profecia de Fukuyama e do mantra de Thatcher, é aquilo que Fisher chamou de “realismo capitalista”, ou “capitalismo realmente existente” (em um jogo de palavras com o conceito de “socialismo realmente existente”, apontando

para a configuração real do sistema, para além de sua autoimagem essencialmente benigna). A única possibilidade de fuga é situada no próprio presente. O que leva a um estado de depressão hedonista, que não se configura “[...] por uma incapacidade em se obter prazer e mais pela incapacidade de fazer qualquer coisa *senão* buscar prazer” (FISHER, 2020, p. 44, *grifo do autor*)

O que é, de certa forma, compreensível, pois no realismo capitalista somos forçados, devido à precarização das leis e relações trabalhistas, a romper com a barreira entre trabalho e não-trabalho, permanecendo sempre de prontidão. Logo, qualquer oportunidade que se apresente de suspender, ainda que brevemente, esse estado de tensão permanente, leva a esse impulso de sedação voluntária.

Alguns consolos acaba sendo encontrado por meio da nostalgia, pelo eterno retorno de construções culturais já conhecidas, como antídoto que oferece alguma estabilidade diante de um mundo que só é capaz de nos oferecer relações instáveis e fortuitas (FISHER, 2020, p. 100). Essa incapacidade da cultura contemporânea de gerar autenticidade, muito bem denunciada por Fisher, encontra eco na formulação marxiana, de que não é do passado, mas sim do futuro, que a revolução social deveria colher sua poesia (MARX, 2011, p. 28).

Todavia, enquanto o futuro não chega e permanecemos imersos nesse estado de eternização do presente, algumas indicações valiosas aparecem no grande quadro cartográfico da cultura contemporânea. O próprio Fisher (2022) identifica o fenômeno, em texto publicado originalmente em 2012 na revista *Film Quarterly* (republicado em seu *blog*), intitulado *Dystopia Now*. No texto o autor britânico destaca – como também o faz Frase (2016, p. 25), na obra supracitada – a proliferação de obras de conteúdo distópico, sobretudo voltadas para o público de jovens adultos, de que *The Hunger Games*, de Suzanne Collins – com o primeiro livro tendo sido lançado justamente em 2008 –, é um exemplo paradigmático.

Para além dos questionáveis méritos literários dessas obras, a questão central que se coloca é compreender a razão por trás do apelo a essas expressões ficcionais que se projetam em direção ao futuro. Elas ajudam, talvez, a preencher o vazio de um futuro sem perspectivas. Ainda que, por muitas vezes, podemos, com razão, apontar como erram o alvo de suas críticas, sua mera existência e persistência são uma indicação valiosa.

Não escapará ao observador atento que inúmeras obras do passado que se situariam no futuro estabelecem datas já ultrapassadas com a expectativa de um nível de desenvolvimento tecnológico (que nos mais das vezes não acompanha um desenvolvimento social e humano correspondente, situando-se em sociedades autoritárias distópicas, é verdade). Como o já mencionado *1984* e também o filme *2001: Uma Odisseia no Espaço* (de 1968, baseado no conto *A*

Sentinela, escrito por Arthur C. Clarke em 1948); o filme *Soylent Green* (de 1973) ressoa particularmente em nosso presente, na medida em que imagina justamente o ano de 2022.

Algumas obras, porém, buscam imaginar um futuro mais remoto, como são os casos de *Admirável Mundo Novo*, publicada em 1932 por Aldous Huxley que, apesar de não trazer nenhuma data ao título, se passa no ano de 2540 (ou 632 DF - "Depois de Ford"), ou do filme *Elysium* (de 2013), que transcorre no ano de 2154.

As obras de ficção científica têm sido um meio particularmente rico de nos permitir imaginar o futuro. Mas, diante de tudo isso, fica evidente a resposta para o seguinte questionamento: por que razão não conseguimos imaginar um futuro melhor? Por que motivo sempre que abrimos uma janela em direção ao futuro, tudo que enxergamos é um mundo miserável, sombrio?

E, claro, a resposta a esses questionamentos nos faz retomar a reflexão de Fisher, que abre o presente artigo, de que estamos tão desacostumados a sonhar, a cogitar a possibilidade de um mundo melhor, que nos tem sido, até então ao menos, mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. O problema está colocado (o capitalismo em seu estágio neoliberal). Seu prognóstico não é nada animador (a hecatombe ecológica, caso não nos destruamos antes). O que falta é justamente superar a barreira entre o possível e o – aparentemente, caso desejemos permanecer otimistas – impossível.

O desejo de mudança – como veremos na sequência – parece ainda existir e persistir. O que nos tem faltado é a capacidade de canalizá-lo em direção a um projeto com força e robustez necessárias para que se possa se contrapor efetivamente ao modelo socioeconômico vigente. Nesse âmbito Fisher nos deixa valiosas indicações sobre como podemos pavimentar uma via efetiva para o futuro.

Considerações Finais

A díade desemprego/trabalhos precários intermitentes, a ausência de um horizonte de mudanças, em suma, o sentimento de desolação e abandono gera uma espécie perversa de angústia, que nos coloca em um estado constante de espera... por uma mudança positiva que nunca se concretiza. Essa angústia é tão intensa que, eventualmente, ficamos ansiosos por *qualquer* mudança, independentemente se ela possa se apresentar como positiva ou não.

Por isso a sensação de certo alívio leviano quando “algo acontece” – independentemente se for uma pandemia ou uma guerra (de Nostradamus ao calendário Maia, das brincadeiras, em forma

de *meme*, que convidam um meteoro a apagar nossa existência coletiva do cosmos etc.). Claro, esse sentimento se dissipa tão logo a nova realidade, ainda mais cruel e rarefeita, se instaura, que é quando as antigas angústias emergem, agora amplificadas pelo cenário ainda mais cruel e desolador.

Talvez o ensinamento que fique disso é que, se experimentássemos um desenvolvimento pleno da nossa potência social e coletiva, removendo os entraves colocados pela contradição da apropriação privada dos frutos do trabalho que visam o lucro em oposição às necessidades humanas concretas, teríamos condição de alcançar ou mesmo superar os cenários distópicos imaginados e/ou previstos por esses escritores visionários. Isso está em linha com as reflexões, otimistas, em nossa visão, do Marx no *Fragmento das máquinas* – que, por óbvio, não representaria o “fim da História”, mas certamente um outro caminho possível.

Essas obras ficcionais apresentam-nos, portanto, curiosos quadros de um futuro como passado que não pôde se realizar em função das referidas contradições (e, certamente, temos podido aprender muito por meio delas!). Mas, para isso, precisaríamos primeiramente romper com o imobilismo que nos acomete, precisaríamos (re) aprender a sonhar com outro mundo possível. Nas palavras de Fisher (2020, p. 133)

A longa e escura noite do fim da história deve ser encarada como uma enorme oportunidade. A própria generalidade opressiva do realismo capitalista significa que mesmo tênues vislumbres de possibilidades políticas e econômicas alternativas são capazes de gerar um efeito desproporcionalmente grande. O menor dos eventos pode abrir um buraco na cinzenta cortina reacionária que encurtou os horizontes de possibilidade sob o realismo capitalista. De uma situação em que nada pode acontecer, de repente tudo é possível de novo.

Referências

ARISTÓTELES. **Poética**. 8ª Ed. - Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008.

BERRIEL, C. E. O. Utopia, distopia e história (Editorial). **MORUS – Utopia e Renascimento**, n. 2, p. 4-10, 2005.

BOULD, M. Introduction: rough guide to a lonely planet. In: _____. MIÉVILLE, C. (Orgs.) **Red Planets: Marxism and Science Fiction**. London: Pluto Press, 2009. p. 14-50.

COUTINHO, C. N. **Lukács, Proust, Kafka: literatura e sociedade no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 2ª Ed. - São Paulo: Centauro, 2005.

FISHER, M. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do**

capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FISHER, M. Dystopia Now. **Mark Fisher Reblog**. Disponível em: <<https://markfisherreblog.tumblr.com/post/39217506447/dystopia-now>>. Acesso em 28 jun. 2022.

FRASE, P. **Four Futures**: Visions of the World after Capitalism. New York: Verso, 2016.

FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.

JAMESON, F. **Archeologies of the Future**: the desire called utopia and other science fictions. London: Verso, 2005.

MARX, K. **O Capital**: crítica de economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2ª Ed. - São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/UFRJ, 2011.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Cultura, arte e literatura**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MILNER, A. Archaeologies of the Future: Jameson's Utopia or Orwell's Dystopia? **Historical Materialism**, v. 17, n. 4, p. 101-119, 2009.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 8ª Ed. - Rio de Janeiro: Cortez, 2012.

SRNICEK, N. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity, 2016.

Recebido em: 01 de julho de 2022.

Aprovado em: 20 de agosto de 2022.